



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dados Consolidados

20

25



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

SUMÁRIO

1. Informações Gerais.....	03
2. Base das Demonstrações Contábeis.....	03
2.1. Principais Práticas Contábeis.....	04
2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04
2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo.....	04
2.1.2.1 – Metodologia de cálculo para perdas.....	05
2.1.3 Estoques.....	05
2.1.4 Créditos a Longo Prazo.....	05
2.1.5. Imobilizado.....	06
2.1.5.1 Bens Móveis.....	06
2.1.5.2 Bens Imóveis.....	06
2.1.6. Intangível.....	06
2.1.7 Passivo Circulante.....	07
2.1.8 Passivo Não Circulante.....	07
2.1.9 Apuração do Resultado.....	07
2.2 Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder.....	08
3. Balanço Patrimonial (BP)	09
3.1. Balanço Patrimonial - MCASP.....	09
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	16
5. Balanço Orçamentário (BO)	22
5.1. Balanço Orçamentário – MCASP.....	22
5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa.....	25
6. Balanço Financeiro (BF)	26
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	28



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

1. Informações Gerais

Órgão do Poder Judiciário do Brasil, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tem sua sede em Recife e jurisdição em todo estado.

Conta com uma força de trabalho de 58 desembargadores, 517 juízes de direito e 7.958 servidores efetivos, contemplando os comissionados e à disposição, todos dedicados à prestação jurisdicional e à promoção da paz social.

O funcionamento do Poder Judiciário é garantido pelo orçamento público (LOA), com recursos provenientes de repasses do Poder Executivo estadual, por meio de duodécimos, bem como de arrecadação própria.

A operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE).

Em cumprimento à legislação e à promoção do controle social, o Poder publica anualmente seu conjunto de demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

2. Base das Demonstrações Contábeis

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Tais demonstrações referem-se ao exercício de 2025, último ano de gestão do presidente desembargador Ricardo Paes Barreto, e são apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Por se tratar das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário, agregam os saldos da Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 – TJPE e da UGE 070002 – FERM-PJ, representando uma única unidade contábil, excluídas as transações recíprocas entre as unidades envolvidas, partindo das informações constantes no Sistema Corporativo e-Fisco Financeiro, do Poder Executivo estadual.

Registre-se, por oportuno, que as demonstrações individualizadas, por unidade gestora do Poder, estão disponíveis no endereço eletrônico [2025 - Transparência - TJPE](#).

2.1. Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreendem a disponibilidade financeira e são mensurados ou avaliados pelo valor original, em moeda nacional. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Destaca-se ainda nesse grupo os depósitos restituíveis e valores vinculados, que compreendem o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro relacionado aos recursos financeiros sob a guarda do Poder para o pagamento de precatórios pertencentes aos Entes / Entidades do Estado de Pernambuco, bem como à autarquia federal.

2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo - São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Os direitos a receber referem-se, principalmente, a: (I) créditos decorrentes de custas processuais, taxas judiciárias e TSNR; (II) acordos firmados com servidores e ex-servidores; (III) créditos resultantes de multas por descumprimento contratual; (IV) convênios de cessão de pessoal; (V) arrendamentos; (VI) remuneração pela administração dos depósitos judiciais; (VII) direito de operacionalização da folha de



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

pagamento de pessoal; (VIII) multas decorrentes de processos administrativos disciplinares, entre outros.

2.1.2.1 – Metodologia de cálculo – Ajuste para perdas - Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas, tanto para os créditos de curto prazo quanto de longo prazo.

O MCASP não definiu, nas suas últimas edições, metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Desta forma, o registro que vem sendo realizado pelo Poder desde 2015 tem como base orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2025	2024	2023
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

2.1.3 Estoques - Compreendem os materiais de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, abarcando, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

2.1.4 Créditos a Longo Prazo - Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período. Contemplam ainda os Serviços de TI pagos antecipadamente que possuem valores a apropriar em períodos que ultrapassam o fim do exercício seguinte.

A metodologia de cálculo do ajuste de perdas utilizada é a mesma para créditos a curto prazo e encontra-se detalhada no item 2.1.2.1.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

2.1.5 Imobilizado - Item tangível mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando daqueles obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

O imobilizado sofre o registro da depreciação, que representa a redução do valor dos bens corpóreos pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

2.1.5.1 Bens Móveis - Os bens estão reconhecidos a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Patrimônio e Suprimentos. Em 2021, os bens adquiridos a partir de 01/01/2011 passaram a ser depreciados, adotando-se o método de cotas constantes. Em relação aos bens adquiridos anteriormente à data de corte, até 31/12/2010, a comissão constituída definiu os critérios de avaliação, de acordo com a IN nº 11/2021, restando pendente o reflexo desse ajuste no sistema de Patrimônio, bem como da depreciação, dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas contábeis vigentes.

2.1.5.2. Bens Imóveis - A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas as situações, a depreciação está sendo registrada, desde 2016, com base na vida útil informada pela DEA, conforme método de cotas constantes.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, estão registrados no patrimônio deste.

2.1.6 Intangível - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Corresponde em sua totalidade a softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, sendo amortizados pelo método de cotas constantes, quando possuem vida útil definida, ou seja, existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, é adotado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

2.1.7 Passivo Circulante - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as obrigações com pessoal, como as férias, apropriadas mensalmente por competência e verbas de exercícios anteriores devidas a magistrados, a exemplo do adicional por tempo de serviço (ATS) e licenças compensatórias, previstas para pagamento no curto prazo. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores na sua forma indenizada, de acordo com a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

2.1.8 Passivo Não Circulante - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado.

2.1.9 – Apuração do Resultado - A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial - Decorre da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

Resultado orçamentário - O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Resultado financeiro - Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

2.2. Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder

Conforme preceitua o MCASP:

Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macro agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).

A consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), a saber:

- a. as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios);
- b. os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); e
- c. a administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. (MCASP, 11ª edição, pág. 620)

Nesse contexto, para a elaboração das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário de Pernambuco, foram realizadas as seguintes exclusões de saldos recíprocos decorrentes de transações entre as unidades do próprio Poder. Esses valores são identificados conforme metodologia adotada no registro contábil de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

	2025	2024
Balanço Patrimonial		
Ativo	6.242.579,84	1.216.301,63
Passivo	6.242.579,84	1.216.301,63
Demonstração das variações Patrimoniais		
Variações Patrimoniais Aumentativas	93.276.734,87	66.457.316,38
Variações Patrimoniais Diminutivas	93.276.734,87	66.457.316,38
Balanço Financeiro		
Ingressos	35.201.769,03	26.271.258,38
Dispêndios	35.201.769,03	26.271.258,38



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

3.1. Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreendem os valores disponíveis, em moeda nacional.

Descrição	2025	2024
Conta Única	6.891.914,70	3.422.592,46
Contas Movimento	5,72	0,06
CDB/RDB	52.867.086,83	89.817.841,35
Fundos de Aplicação Financeira	536.373.212,53	488.969.090,81
Precatórios sob a guarda do TJPE	133.567.468,12	36.432.649,02
TOTAL	729.699.687,90	618.642.173,70

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo – Do total, R\$ 1.469.512,51 representam valores a receber da SEFAZ-PE referentes a custas e taxas arrecadadas via DAE, em função de Convênio formalizado com este Poder. Destaca-se ainda o montante de R\$ 1.280.654,76, relativo a créditos a receber de custas processuais e taxa judiciária oriundos de certidões de débitos de natureza judicial emitidas pela Contadoria Remota, cujos processos fazem parte do acervo comunicado ao Comitê Gestor de Arrecadação. O saldo restante (R\$ 360.534,71) compreende o valor a receber de Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro -TSNR, cujo processo se encontra na Superintendência Jurídica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PE), para fins de constituição do crédito tributário.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo.

Descrição	2025	2024
Créditos a receber pela administração dos depósitos judiciais – Banco do Brasil ¹	11.213.546,96	8.486.669,89
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.664.142,10	3.664.142,10
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) ²	(3.579.134,00)	(3.577.668,35)
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.867.048,88	1.838.566,49
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores ²	(1.823.733,35)	(1.795.176,32)
Convênio de Cessão de Pessoal	2.183.031,80	1.799.095,57
Créditos a receber provenientes da folha de pagamento - Santander e Bradesco ¹	471.213,61	1.069.425,12
Créditos a receber por arrendamentos	158.509,50	95.273,66
Créditos a receber por outros contratos	128.389,37	124.274,69
(-) Ajuste de perdas de créditos a receber ²	(125.410,74)	(121.341,81)
Outros Créditos a receber e despesas a regularizar	53.120,04	3.504,17
Suprimento de Fundos Institucional	-	398.199,70
TOTAL	14.210.724,17	11.984.964,91

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Valores a receber de dezembro, decorrentes da operacionalização da folha de pagamento e da administração dos depósitos judiciais, recebidos em janeiro do ano seguinte.

² O ajuste corresponde a 97,68%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1.

Nota 4 – Estoques – O montante de R\$ R\$ 3.351.453,95 é composto por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Patrimônio e Suprimentos (93%) e o outro de materiais médico e odontológico (7%) gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

Nota 5 – VPD Pagas Antecipadamente – Referem-se a Serviços de TI, Prêmios de Seguros e Assinaturas e Anuidades. O saldo apresentou um incremento de 20% em 2025 em comparação ao exercício anterior, devido ao aumento das contratações de Serviços de TI.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 6 – Realizável a Longo Prazo – Compreende o valor a receber a título de Dívida Ativa tributária e não Tributária, esta deduzida do ajuste para perdas a um percentual de 99,40%, calculado conforme metodologia descrita no item 2.1.2.1. Os valores inscritos referem-se a multas contratuais aplicadas a fornecedores, valores pendentes de arrendatários, penalidades aplicadas a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução.

Descrição	2025	2024
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	5.521.413,60	4.933.799,14
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(5.488.285,12)	(4.901.236,06)
Dívida Ativa Tributária	207.771,09	207.771,09
Serviços de TI a Apropriar	127.741,00	457.643,66
Total	368.640,57	697.977,83

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade gestora TJPE.

Descrição	2025 (a)	2024 (a)	Crescimento % (c) = (a – b) / b*100
Bens Imóveis	789.197.168,49	775.630.697,16	1,75%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(88.777.844,88)	(79.215.294,20)	12,07%
Bens Móveis	363.153.211,81	335.109.563,75	8,37%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(149.815.348,60)	(140.760.891,60)	6,43%
Total	913.757.186,82	890.764.075,11	2,58%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente.

Bens Móveis - Detalhamento	2025	2024	Variação 2025 / 2024
Valor Contábil Bruto inicial (I)	335.109.563,75	292.203.676,81	14,68%
Adições - Aquisições e/ou Bens Recebidos (II)	53.408.257,24	44.919.442,20	18,90%
			(Continua)



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

(Continuação)			
Baixas/Desincorporações e Doações no Período (III)	(25.364.609,18)	(2.013.555,26)	1159,69%
Valor Contábil Bruto final (IV) = (I + II + III)	363.153.211,81	335.109.563,75	8,37%
Bens de Informática	163.398.502,71	149.239.021,36	9,49%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	86.048.444,36	73.282.348,00	17,42%
Móveis e Utensílios	70.010.848,88	72.252.938,33	-3,10%
Veículos	41.460.932,30	38.176.637,07	8,60%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	1.758.921,49	1.714.056,92	2,62%
Obras de Arte e Peças para Exposição	475.562,07	444.562,07	6,97%
Depreciação Acumulada Inicial (V)	(140.760.891,60)	(127.526.797,06)	10,38%
Depreciação Reconhecida no Período (VI)	(17.083.298,29)	(13.951.342,63)	22,45%
Baixas de Depreciação Acumulada (VII)	8.028.841,29	717.248,09	1019,40%
Depreciação Acumulada Final (VIII) = (V + VI + VII)	(149.815.348,60)	(140.760.891,60)	6,43%
Bens de Informática	(80.804.639,30)	(75.488.259,39)	7,04%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(28.961.187,32)	(27.775.613,99)	4,27%
Móveis e Utensílios	(28.332.601,57)	(27.676.786,11)	2,37%
Veículos	(10.573.704,62)	(8.685.633,56)	21,74%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	(1.143.215,79)	(1.134.598,55)	0,76%
Valor Contábil Líquido de Bens Móveis (IX) = (IV) + (VIII)	213.337.863,21	194.348.672,15	9,77%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Bens Imóveis - Detalhamento	2025	2024	Variação 2025 / 2024
Valor Contábil Bruto inicial (I)	775.630.697,16	758.798.981,31	2,22%
Adições (II)	17.779.177,27	22.994.882,21	-22,68%
Baixas (III)	(4.212.705,94)	(6.163.166,36)	-31,65%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	789.197.168,49	775.630.697,16	1,75%
Edificações em Geral	597.766.017,09	588.203.331,50	1,63%
Terrenos com Edificações	111.779.031,89	112.542.730,89	-0,68%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	28.159.903,75	28.159.903,75	0,00%
Obras em Andamento	26.419.327,50	23.776.955,17	11,11%
Instalações	13.195.884,14	11.706.864,75	12,72%

(Continua)



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

(Continuação)			
Terrenos sem Edificações	8.698.045,50	8.974.392,50	-3,08%
Instalações em Andamento	1.740.449,66	902.029,80	92,95%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	-
Estudos e Projetos	148.807,40	74.787,24	98,97%
Depreciação Acumulada Anterior (V)	(79.215.294,20)	(69.483.066,51)	14,01%
Depreciação Reconhecida no Período (VI)	(10.092.823,83)	(10.218.249,32)	-1,23%
Baixas de Depreciação Acumulada (VII)	530.273,15	486.021,63	9,10%
Depreciação Acumulada no Final do Período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(88.777.844,88)	(79.215.294,20)	12,07%
Valor Contábil Líquido de Bens Imóveis (IX) = (IV) + (VIII)	700.419.323,61	696.415.402,96	0,57%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 8 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.

Softwares - Detalhamento	2025	2024	Varição 2025 / 2024
Valor Contábil Bruto inicial (I)	30.330.730,70	29.820.974,51	1,71%
Adições (II)	6.142.131,70	1.815.145,96	238,38%
Baixas (III)	(668.399,92)	(1.305.389,77)	-63,14%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	35.804.462,48	30.330.730,70	18,66%
Amortização Acumulada anterior (V)	(16.803.300,97)	(16.318.615,64)	2,97%
Amortização Reconhecida no período (VI) ¹	-	(484.685,33)	-100,00%
Baixas de Amortização acumulada (VII)	187.294,12	-	-
Amortização Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(16.616.006,85)	(16.803.300,97)	1,11%
Valor Contábil Líquido de Softwares (IX) = (IV) + (VIII)	19.188.455,63	13.527.429,73	40,46%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹A variação significativa da amortização reconhecida no período decorre da mudança da forma de contratação para Software as a Service -SaaS (software como serviço), como também do fim da amortização de alguns softwares com vida útil definida.

Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, entre outros.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Descrição	2025	2024	Variação 2025 / 2024
Pessoal de Exercícios Anteriores ¹	225.444.251,26	223.245.314,98	0,98%
Férias – Remuneração/subsídio - Folha de Pessoal Civil ²	143.278.654,03	126.782.363,16	13,01%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil ²	42.318.074,93	37.732.882,61	12,15%
Férias - Contribuição Patronal RPPS ²	29.567.841,83	26.279.995,42	12,51%
Licença Prêmio ²	12.127.601,84	11.329.896,28	7,04%
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil ²	6.315.667,17	5.417.044,09	16,59%
Contribuição Patronal INSS	1.198.325,43	979.426,68	22,35%
Pessoal a Pagar pela UG	1.192.400,00	762.833,23	56,31%
Contribuição Patronal ao FUNAPREV	1.090.936,32	1.725.155,51	-36,76%
Férias – Contribuição Patronal INSS ²	725.022,11	621.091,25	16,73%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	642.989,66	659.477,13	-2,50%
Previdência Complementar a Pagar (BB-Prev)	64.308,45	69.213,39	-7,09%
INSS de Terceiros – Pessoa Física	16.618,60	20.221,81	-17,82%
Total	463.982.691,63	435.624.915,54	6,51%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O valor corresponde a verbas de pessoal referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, com expectativa de pagamento no curto prazo. Decorrentes de decisões anteriores a 2024, há os saldos referente a Parcela Autônoma de Equivalência (P.A.E.) – R\$ 292.927,95 e Auxílio Alimentação – R\$ 296.552,59. O saldo restante resulta de decisões publicadas no Diário de Justiça Eletrônico (Dje) em 2024, relativa a Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – R\$ 79.732.707,72 (Dje nº 289/2024) e Licenças Compensatórias – R\$ 145.122.063,00 (Dje nº 231/2024), cujo saldo foi atualizado em 2025.

² Refere-se à apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros.

Descrição	2025	2024
Precatórios sob a Guarda do TJPE – Entes e Entidades	133.567.468,12	36.432.649,02
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	27.161.635,53	24.363.870,62
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	20.591.898,06	24.807.234,68
Depósito de Terceiros e Cauções	7.199.569,39	4.453.420,44
Contribuições e Impostos sobre Serviços	3.318.938,96	2.066.458,08

(Continua)



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

		Continuação
Demais consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	688.089,01	494.454,26
Demais Obrigações	130.528,69	487.795,31
Pessoal a Pagar pela UG ¹	-	13.451.737,65
Total	192.658.127,76	106.557.620,06

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Sistemática de contabilização da folha de pagamento, definida pelo Poder Executivo, foi modificada em 2023, gerando saldo de pessoal a pagar no grupo "Demais Obrigações a Curto Prazo".

Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo – Compreendem as verbas de pessoal referentes a exercícios anteriores devidas a magistrados, com valores atualizados em 2025, com expectativa de pagamento no longo prazo, decorrentes de decisões publicadas no Diário de Justiça Eletrônico (Dje) abrangendo o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), conforme Dje nº 289/2024, e Licenças Compensatórias, conforme Dje nº 231/2024, que em 31/12/25 importaram em R\$ 390.327.777,43 e R\$ 574.111.929,44, respectivamente.

Nota 12 – Resultados Acumulados – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade, detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2025	2024
Resultado do Exercício ¹	(166.401.598,27)	(832.957.064,42)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(437.139,10)	(692.926,76)
Subtotal	(166.838.737,37)	(833.649.991,18)
Resultado de Exercícios Anteriores	218.929.688,86	1.052.579.680,04
Total do Patrimônio Líquido	52.090.951,49	218.929.688,86

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.

Descrição	2025	2024
Baixa de suprimentos com prestação de contas no exercício anterior	(398.154,70)	(426.960,90)
(Continua)		



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

	(Continuação)	
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	-	(264.752,65)
Créditos a receber	(38.984,40)	(1.213,21)
Total	(437.139,10)	(692.926,76)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Correspondem apenas a taxas.

Descrição	2025	2024
Custas Processuais	168.180.076,71	138.521.328,57
(-) Restituição de Custas Processuais	(434.881,69)	(187.495,69)
Taxa pela Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	153.905.287,25	137.545.500,26
(-) Restituição de Taxa pela Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	(727.906,89)	(394.201,15)
Taxa Judicial	111.797.272,73	91.713.344,94
(-) Restituição de Taxa Judicial	(280.816,28)	(168.612,01)
Emolumentos	33.716.119,06	14.726.578,50
Receitas Incidentes sobre Emolumentos	22.223.253,00	19.236.360,60
(-) Restituição de Receitas Incidentes sobre Emolumentos	(15.160,98)	(16.845,63)
TOTAL	488.363.242,91	400.975.958,39

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 2 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – Abrangem principalmente as receitas de operacionalização da folha de pagamento e as de serviços de fornecimento de selo digital de autenticidade dos atos extrajudiciais. No exercício de 2025, destaca-se a receita proveniente da realização do concurso público para a formação de cadastro de reserva de servidores do TJPE.

Descrição	2025	2024
Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	10.865.223,36	1.813.233,57
Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	7.601.798,44	8.922.552,78
Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	3.809.226,63	3.365.092,55
(-) Restituição da Receita de Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	(740,00)	(855,00)
Receita de Arrendamentos	1.506.565,02	1.575.838,98
(-) Restituição da Receita de Arrendamentos	-	(1.498,00)
Outras Receitas	353.219,76	266.589,44
TOTAL	24.135.293,21	15.940.954,32

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 3 – Transferências e Delegações Recebidas – Contemplam principalmente os duodécimos recebidos do Poder Executivo estadual, bem como o repasse de R\$ 2.445.586,65, oriundo de operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025, cujos valores são vinculados ao projeto de transformação digital do TJPE.

Descrição	2025	2024
Transferências Intragovernamentais (I)	2.547.491.886,65	2.321.051.800,00
Duodécimos Recebidos ¹	2.545.046.300,00	2.321.051.800,00
Repasse Financeiro Recebido	2.445.586,65	-
Transferências Intergovernamentais ² (II)	279.088,88	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas (III)	-	2.619.096,29
Total (IV) = (I + II + III)	2.547.770.975,53	2.323.670.896,29

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2025, contempla o recebimento de R\$ 2.514.846.300,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA (0500000000-Recursos não vinculados de Impostos), acrescido de R\$ 30.200.000,00, referente a créditos suplementares, autorizados pelo Decreto 58.847, de 19/06/2025, e pela Lei nº 19.126 de 19/12/2025.

² Em 2025, referem-se à incorporação de bens doados pela União



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 4 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos –

Em 2025, o valor compreende a desincorporação de passivos, decorrente de ajustes no passivo de férias por competência (R\$ 49.856.426,35) e no passivo de licença prêmio (R\$ 587.226,36), cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar. Também compreende ganhos com alienação (R\$ 26.398,57), ganhos com incorporação de ativos (R\$ 5.000,00) e cancelamento de restos a pagar (R\$ 16,37).

Nota 5 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Do total, 95,82% refere-se à receita pela administração dos depósitos judiciais.

Descrição	2025	2024
Receita pela Administração dos Depósitos Judiciais em Bancos Oficiais	126.914.620,09	90.196.305,12
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	4.003.437,56	3.062.367,32
Indenizações e Restituições	1.247.850,41	1.844.692,77
Multas Administrativas e Multas Cominadas em Processo Administrativo Disciplinar	239.191,97	214.532,57
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	52.271,63	53.751,54
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	-	59.846,11
Total	132.457.371,66	95.431.495,43

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6 – Pessoal e Encargos – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios.

Descrição	2025	2024	2025/2024
Remuneração a Pessoal ¹	2.262.246.768,45	2.789.313.809,33	-18,90%
Encargos Patronais	377.820.604,58	359.961.105,74	4,96%
Benefícios a Pessoal	175.622.234,18	163.903.487,75	7,15%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	25.191.285,78	69.045.309,29	-63,51%
Ressarcimento de pessoal cedido (Programa Jornada Extra de Segurança)	21.060.451,09	19.673.258,30	7,05%
			(Continua)



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

(Continuação)			
Despesas com o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) ²	23.532,71	44.259.919,56	-99,95%
Demais Variações	4.107.301,98	5.112.131,43	-19,66%
Total	2.840.880.892,99	3.382.223.712,11	-16,01%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Inclui principalmente salário e vencimentos dos servidores e magistrados, 13º Salário, gratificações, férias, licenças compensatórias e abono de permanência. Compreende ainda a atualização em 2025 do saldo de verbas de pessoal registrado em 2024 referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, abrangendo as seguintes: Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – R\$ 5.641.747,32; e Licenças Compensatórias – R\$ 418.096.865,81.

² O Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado a servidores efetivos, foi previsto na Lei Estadual nº 18.145/2023 e regulamentado pela resolução TJ nº 497/2023. Observa-se que não houve concessão em 2025, havendo apenas pagamento residual de 2024.

Nota 7 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Evidenciam os valores pagos a título de auxílio saúde (97,97% do total), auxílio creche e auxílio funeral.

Nota 8 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Evidencia o uso de material de consumo, serviços, depreciação de bens móveis e imóveis, além da amortização de intangível (softwares).

Descrição	2025	2024
Serviços	263.076.532,32	222.645.185,04
Locação de mão de obra	122.830.035,39	100.267.595,83
Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	54.004.549,75	53.091.040,36
Serviços de seleção e treinamento	13.623.804,76	1.104.059,29
Serviços de energia elétrica	12.857.950,90	14.592.535,34
Diárias, passagens e despesa com deslocamento	9.440.129,01	7.340.221,10
Demais Serviços	50.320.062,51	46.249.733,12
Uso de Material de Consumo	21.571.017,67	18.008.087,22
Depreciação de Bens Móveis	17.079.122,28	13.951.645,52
Depreciação de Bens Imóveis	10.092.823,83	9.916.942,07
Amortização de Intangível	-	484.685,33
Total	311.819.496,10	265.006.545,18

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ A variação significativa da amortização reconhecida no período decorre da mudança da forma de contratação para Software as a Service -SaaS (software como serviço), como também do fim da amortização de alguns softwares com vida útil definida.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 9 – Transferências e Delegações Concedidas – Compreendem as transferências intragovernamentais, intergovernamentais e aquelas destinadas a instituições privadas.

Descrição	2025	2024
Transferências Intragovernamentais	184.737.663,90	3.377.608,66
Transferências a Instituições Privadas	15.780.848,58	1.269.092,22
Transferências Intergovernamentais	2.176.098,76	3.231.024,50
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	728.698,36
Total	202.694.611,24	8.606.423,74

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As transferências intragovernamentais correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis e imóveis, conforme detalhamento a seguir.

Descrição	2025	2024
Repasse financeiros concedidos ¹	181.491.992,83	1.365.935,36
Bens Imóveis - Cessões devolvidas	2.530.713,44	1.165.229,90
Bens Imóveis - Cessões concedidas	362.721,15	740.730,80
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	352.236,48	74.887,00
Bens Móveis – Transferências Concedidas para Outro Órgão	-	30.825,60
Total	184.737.663,90	3.377.608,66

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Do montante registrado, R\$ 180.000.000,00 corresponde ao repasse ao Poder Executivo, conforme Lei nº 19.123/2025 e o saldo restante representa transferência à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.

Em relação às transferências para instituições privadas, destacam-se as doações de bens para diversas instituições privadas sem fins lucrativos, que correspondem a 90% do valor registrado. Os 10% restantes refere-se as transferências para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE (CAMPE), destinada a serviços de atendimento médico-odontológico para os magistrados do TJPE (R\$ 1.185.310,22) e despesas com instituição de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (R\$ 455.648,00).



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Por sua vez, as transferências intergovernamentais compreendem a devolução de imóveis cedidos por municípios (R\$ 788.998,20), as doações de bens móveis concedidas à união (R\$ 97.913,13) e a municípios (R\$ 1.289.187,43).

Nota 10 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Compreendem o ajuste para perdas, realizado nas contas de créditos e dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.2.1, como também a desincorporação de ativos e perdas com alienação.

Descrição	2025	2024
Desincorporação de Créditos e Dívida Ativa Não Tributária ¹	1.281.390,22	125.008,97
Perdas com Alienação	844.193,53	-
Ajuste para Perdas em Créditos e Dívida Ativa Não Tributária	621.140,67	417.948,74
Desincorporações de Ativos Intangíveis	481.105,80	1.023.890,40
Outras Desincorporações de Bens Móveis	1.424,73	175.600,30
Perdas Involuntárias	104,28	73.239,76
Outras Desincorporações de Imobilizado	-	39.668,27
Total	3.229.359,23	1.855.356,44

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2025, destaca-se o ajuste com transferência entre contas contábeis de direito a receber, no valor de R\$ 961.590,45, que gerou VPD de desincorporação de créditos tributários, com a respectiva VPA de incorporação do crédito, anulando-se o efeito no resultado patrimonial do Poder.

Nota 11 – Tributárias – Correspondem especificamente às variações decorrentes de taxas, destacando-se as municipais, e contribuições previdenciárias sobre prestação de serviços pessoa física.

Nota 12 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Compreendem as despesas com militares inativos da guarda patrimonial (R\$ 2.999.686,45); despesas com indenizações e restituições (R\$ 858.877,44); indenizações do Programa Moradia Legal – PE (R\$ 164.160,00); despesas com o cumprimento de decisão judicial (R\$ 25.200,00); e prêmios em pecúnia (R\$ 22.499,94).



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- Balanço Orçamentário – MCASP
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

5.1. Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

Como consequência desse dispositivo, o Balanço Orçamentário do Poder apresenta um déficit, suportado pelos duodécimos recebidos, conforme justificado na Nota 3.

Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Compreendem as receitas diretamente arrecadadas, relativas a custas processuais, taxa judiciária, Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro (TSNR), Emolumentos e Receitas



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Incidentes sobre Emolumentos. É apresentada pelo seu valor líquido, importando em uma receita bruta arrecadada de R\$ 486.380.147,5, com dedução de R\$ 1.458.765,84, que correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.

Descrição da Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Arrecadação por Exercício		
	2025	2024	% (2025/2024)
Custas Processuais	166.078.867,00	139.055.985,48	19,43%
Taxa Judicial	109.740.923,22	92.317.101,07	18,87%
Taxa pela Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	153.177.380,36	137.151.299,11	11,68%
Emolumentos ¹	33.716.119,06	14.726.578,50	128,95%
Receitas Incidentes sobre Emolumentos	22.208.092,02	19.219.514,97	15,55%
TOTAL	484.921.381,66	402.470.479,13	20,49%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ A receita de Emolumentos compreende o recolhimento do excedente da remuneração dos interinos responsáveis pelas serventias extrajudiciais, limitado a 90,25% dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, conforme regulamentado pela Instrução Normativa nº 13/2010.

Nota 2 – Outras Receitas Correntes – Do montante, 96,36% compreende a arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais por parte do Banco do Brasil.

Nota 3 – Déficit Orçamentário – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a – b)
735.094.125,99	3.076.697.069,75	(2.341.602.943,76)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas e concedidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 24.396.950,06.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos e repasses) ¹	Despesas Empenhadas	Transferências Concedidas ²	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b – c - d)
735.094.125,99	2.547.491.886,65	3.076.697.069,75	181.491.992,83	24.396.950,06

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Além dos duodécimos recebidos, no valor de R\$ 2.545.046.300,00, contempla o repasse financeiro de R\$ 2.445.586,65 relativo à operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025, cujos valores são destinados ao projeto de transformação digital do TJPE. Ressalta-se que tais valores representam receita orçamentária no Poder Executivo.

² Compreende repasse ao Poder Executivo no valor de R\$ 180.000.000,00, conforme Lei nº 19.123, de 18/12/2025, bem como o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.

Nota 4 – Saldos de Exercícios Anteriores – O montante de R\$ 132.652.015,65 foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício, conforme detalhado abaixo.

Fonte de Recursos	Valor Suplementado (R\$)	Decretos	Percentual Utilizado do Superávit Financeiro em 31/12/24
075924 - FERM	80.000.000,00	58.215/25, 58.603/25, 59.897/25	19%
075957 - FUNSEG	30.000.000,00	58.216/25, 58.602/25	78%
0500 - Recursos não vinculados de impostos	22.652.015,65	59.898/25	100%
TOTAL	132.652.015,65		

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Dotação inicial - A diferença da receita prevista para dotação inicial decorre da previsão na Lei Orçamentária Anual dos repasses do duodécimo do Poder Executivo ao Poder Judiciário, bem como pela destinação de orçamento à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que poderá executar esse valor à medida que este Poder repasse 1% da arrecadação mensal com Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro (TSNR). Esta transferência à defensoria ocorre em cumprimento ao § 3º, art. 27, da Lei nº 11.404/1994, que prevê a aplicação na Assistência Judiciária do Estado. Em 2025, houve ainda uma previsão de receita, fonte 755-Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta, sem alocação de despesa fixada nessa fonte.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 6 – Dotação Atualizada – Em relação à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 179.652.015,65. Esse montante resulta de suplementações decorrentes de créditos adicionais, demonstradas no quadro abaixo.

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Superávit Financeiro – TJ) ¹	Suplementação (Excesso de Arrecadação) ²	Suplementação (Anulação de Despesa de Outras UG's do Estado) ³	Suplementação (Superávit Financeiro – FERM) ¹	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b+c+d+e)
3.082.569.600,00	52.652.015,65	17.000.000,00	30.000.000,00	80.000.000,00	3.262.221.615,65

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhamento conforme nota 4.

² Fonte 0500 (recursos não vinculados de impostos), previsto no Decreto nº 59.899/25.

³ Fonte 0500 (recursos não vinculados de impostos), conforme Lei nº 19.126/25.

Nota 7 – Despesas Empenhadas – Atingiram o montante de R\$ 3.076.697.069,75, correspondendo a 94,31% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 185.524.545,90.

5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa

Em observância ao Item 2.3, subitem J, Parte V do MCASP 11ª edição, segue abaixo a conciliação de dados do Balanço Orçamentário com informações extraídas da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração de Fluxos de Caixa.

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa	
(+) Receitas Correntes (Arrecadadas)	734.452.733,46
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	2.545.046.300,00
(+) Repasse Financeiro Recebido	2.445.586,65
(-) Despesas Correntes Pagas - Pessoal e Demais Despesas (Desembolsos)	(2.994.418.265,49)
(-) Despesas correntes pagas – Empenhadas no Exercício	(2.982.601.604,23)
(-) Restos a pagar de 2024 pagos em 2025 ref. Atividades Operacionais	(11.816.661,26)
(-) Transferências Concedidas ¹	(181.491.992,83)
(=) Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	106.034.361,79
(+) Receitas de Capital (Arrecadadas)	641.392,53
	(Continua)



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

	(Continuação)
(-) Despesas de Capital Pagas	(81.982.651,02)
(-) Despesas de capital pagas – Empenhadas no Exercício	(68.173.298,48)
(-) Restos a pagar de 2024 pagos em 2025 ref. Investimentos	(13.809.352,54)
(=) Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(81.341.258,49)
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (III) = (I) + (II)	24.693.103,30

¹ O total de transferências concedidas neste demonstrativo difere do apresentado na DFC, uma vez que o valor acima representa os valores repassados sem correspondente execução orçamentária. Dessa forma, na DFC, consta como transferência concedida o valor de R\$ 183.222.286,13, que contempla, além das transferências sem execução orçamentária, R\$ 455.648,00 referente a despesas correntes pagas a instituição de pesquisa e desenvolvimento e R\$ 1.274.645,30 referente a transferência para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE-CAMPE (modalidade de aplicação 50).

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Sua elaboração segue as orientações contidas na IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, além do disposto no MCASP.

Nota 1 – Receita Orçamentária – A receita está apresentada líquida das deduções. São tratadas como deduções da receita as restituições de custas e taxa judiciais, taxa sobre serviços notariais ou registrais (TSNR) e das receitas sobre emolumentos, e outras receitas recebidas a maior ou indevidamente, conforme evidenciação abaixo.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Descrição	2025	2024
Receita Orçamentária Bruta (I)	736.553.897,29	572.829.151,48
Total Restituições (II)	(1.459.771,30)	(769.507,48)
(-) Restituição de Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrars – TSNR	(727.906,89)	(394.201,15)
(-) Restituição de Custas Processuais	(434.881,69)	(187.495,69)
(-) Restituição de Taxa Judicial	(280.816,28)	(168.612,01)
(-) Restituição de receitas incidentes sobre os emolumentos	(15.160,98)	(16.845,63)
(-) Restituição da receita de serviços de fornecimento de selo digital de autenticidade dos atos extrajudiciais	(740,00)	(855,00)
(-) Restituição de outras receitas	(265,46)	-
(-) Restituição de receita de arrendamentos	-	(1.498,00)
Receita Orçamentária Líquida (III) = (I) + (II)	735.094.125,99	572.059.644,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Parte da receita da fonte de recursos provenientes da alienação de outros ativos é arrecadada pela UGE 070002 - FERM, entretanto é contabilizada em fonte específica pela vinculação legal exigida na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas – Referem-se ao valor recebido do Poder Executivo, a título de duodécimo, no valor total de R\$ 2.545.046.300,00. Contemplam ainda o repasse financeiro de R\$ 2.445.586,65 relativo à operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025, cujos valores são destinados ao projeto de transformação digital do TJPE.

Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas – Compreendem o repasse ao Poder Executivo no valor de R\$ 180.000.000,00, conforme Lei nº 19.123, de 18/12/2025, bem como o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 4 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 111.057.514,20, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2024, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.

Saldo Final 31/12/2025	Saldo Final 31/12/2024	Resultado Financeiro 2025
(a)	(b)	(c) = (a - b)
729.699.687,90	618.642.173,70	111.057.514,20

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, a DFC apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Quanto ao fluxo de caixa extraorçamentário, inerente à execução orçamentária, este decorre do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, contempla a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representando ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta o ente a ajustar a estrutura do demonstrativo de forma a refletir o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

Destaca-se que os fluxos de caixa negativo dos investimentos, numa análise consolidada, foram custeados pelo fluxo de caixa positivo das operações.

Nota 1 – Transferências Recebidas – Compreendem os repasses financeiros do Poder Executivo, destacando-se o aporte de R\$ 2.545.046.300,00 a título de duodécimos. Tais recursos destinam-se à cobertura de gastos na fonte 0500-Recursos não vinculados de impostos, conforme previsão na LOA e suplementações. Adicionalmente, o montante contempla o repasse de R\$ 2.445.586,65 oriundo de operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025. Esses valores, classificados na fonte 0754, são vinculados ao projeto de transformação digital do TJPE e são considerados no fluxo das atividades operacionais pelo fato da receita de operações de créditos ser



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

reconhecida pelo Poder Executivo, repassada ao Judiciário como transferência financeira.

Nota 2 – Transferências Concedidas – Compreendem o repasse ao Poder Executivo no valor de R\$ 180.000.000,00, conforme Lei nº 19.123, de 18/12/2025, bem como o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996, no valor de R\$ 1.491.992,83. Inclui ainda as transferências realizadas, decorrentes da execução orçamentária, para instituição de pesquisa e desenvolvimento, que totalizaram o valor de R\$ 455.648,00 e as transferências para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE (CAMPE), que totalizaram o valor de R\$ 1.274.645,30.

Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Corresponde a soma do Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, ocorrendo um acréscimo, no exercício de 2025, no montante de R\$ 24.693.103,30.

Nota 4 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2025, em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 86.364.410,90.

Recife, 28/04/2026.

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Francisco Bandeira de Mello
Presidente



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

SUMÁRIO

1. Informações Gerais.....	03
2. Base das Demonstrações Contábeis.....	03
2.1. Principais Práticas Contábeis.....	04
2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04
2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo.....	04
2.1.2.1 – Metodologia de cálculo para perdas.....	05
2.1.3 Estoques.....	05
2.1.4 Créditos a Longo Prazo.....	05
2.1.5. Imobilizado.....	06
2.1.5.1 Bens Móveis.....	06
2.1.5.2 Bens Imóveis.....	06
2.1.6. Intangível.....	06
2.1.7 Passivo Circulante.....	07
2.1.8 Passivo Não Circulante.....	07
2.1.9 Apuração do Resultado.....	07
2.2 Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder.....	08
3. Balanço Patrimonial (BP)	09
3.1. Balanço Patrimonial - MCASP.....	09
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	16
5. Balanço Orçamentário (BO)	22
5.1. Balanço Orçamentário – MCASP.....	22
5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa.....	25
6. Balanço Financeiro (BF)	26
7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	28



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

1. Informações Gerais

Órgão do Poder Judiciário do Brasil, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tem sua sede em Recife e jurisdição em todo estado.

Conta com uma força de trabalho de 58 desembargadores, 517 juízes de direito e 7.958 servidores efetivos, contemplando os comissionados e à disposição, todos dedicados à prestação jurisdicional e à promoção da paz social.

O funcionamento do Poder Judiciário é garantido pelo orçamento público (LOA), com recursos provenientes de repasses do Poder Executivo estadual, por meio de duodécimos, bem como de arrecadação própria.

A operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (FERM-PJPE).

Em cumprimento à legislação e à promoção do controle social, o Poder publica anualmente seu conjunto de demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

2. Base das Demonstrações Contábeis

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Tais demonstrações referem-se ao exercício de 2025, último ano de gestão do presidente desembargador Ricardo Paes Barreto, e são apresentadas em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Por se tratar das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário, agregam os saldos da Unidade Gestora Executora (UGE) 070001 – TJPE e da UGE 070002 – FERM-PJ, representando uma única unidade contábil, excluídas as transações recíprocas entre as unidades envolvidas, partindo das informações constantes no Sistema Corporativo e-Fisco Financeiro, do Poder Executivo estadual.

Registre-se, por oportuno, que as demonstrações individualizadas, por unidade gestora do Poder, estão disponíveis no endereço eletrônico [2025 - Transparência - TJPE](#).

2.1. Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreendem a disponibilidade financeira e são mensurados ou avaliados pelo valor original, em moeda nacional. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Destaca-se ainda nesse grupo os depósitos restituíveis e valores vinculados, que compreendem o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro relacionado aos recursos financeiros sob a guarda do Poder para o pagamento de precatórios pertencentes aos Entes / Entidades do Estado de Pernambuco, bem como à autarquia federal.

2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo - São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Os direitos a receber referem-se, principalmente, a: (I) créditos decorrentes de custas processuais, taxas judiciárias e TSNR; (II) acordos firmados com servidores e ex-servidores; (III) créditos resultantes de multas por descumprimento contratual; (IV) convênios de cessão de pessoal; (V) arrendamentos; (VI) remuneração pela administração dos depósitos judiciais; (VII) direito de operacionalização da folha de



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

pagamento de pessoal; (VIII) multas decorrentes de processos administrativos disciplinares, entre outros.

2.1.2.1 – Metodologia de cálculo – Ajuste para perdas - Com base na perspectiva de recebimento, é constituído ajuste para perdas, tanto para os créditos de curto prazo quanto de longo prazo.

O MCASP não definiu, nas suas últimas edições, metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Desta forma, o registro que vem sendo realizado pelo Poder desde 2015 tem como base orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2025	2024	2023
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

2.1.3 Estoques - Compreendem os materiais de consumo, medicamentos e materiais hospitalares, abarcando, assim, todo o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

2.1.4 Créditos a Longo Prazo - Compostos pelos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período. Contemplam ainda os Serviços de TI pagos antecipadamente que possuem valores a apropriar em períodos que ultrapassam o fim do exercício seguinte.

A metodologia de cálculo do ajuste de perdas utilizada é a mesma para créditos a curto prazo e encontra-se detalhada no item 2.1.2.1.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

2.1.5 Imobilizado - Item tangível mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares que aumentem a sua vida útil e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando daqueles obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

O imobilizado sofre o registro da depreciação, que representa a redução do valor dos bens corpóreos pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

2.1.5.1 Bens Móveis - Os bens estão reconhecidos a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Patrimônio e Suprimentos. Em 2021, os bens adquiridos a partir de 01/01/2011 passaram a ser depreciados, adotando-se o método de cotas constantes. Em relação aos bens adquiridos anteriormente à data de corte, até 31/12/2010, a comissão constituída definiu os critérios de avaliação, de acordo com a IN nº 11/2021, restando pendente o reflexo desse ajuste no sistema de Patrimônio, bem como da depreciação, dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas contábeis vigentes.

2.1.5.2. Bens Imóveis - A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas as situações, a depreciação está sendo registrada, desde 2016, com base na vida útil informada pela DEA, conforme método de cotas constantes.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, estão registrados no patrimônio deste.

2.1.6 Intangível - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Corresponde em sua totalidade a softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, sendo amortizados pelo método de cotas constantes, quando possuem vida útil definida, ou seja, existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, é adotado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

2.1.7 Passivo Circulante - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as obrigações com pessoal, como as férias, apropriadas mensalmente por competência e verbas de exercícios anteriores devidas a magistrados, a exemplo do adicional por tempo de serviço (ATS) e licenças compensatórias, previstas para pagamento no curto prazo. Especificamente sobre o passivo de licença prêmio, é registrado o valor devido a servidores na sua forma indenizada, de acordo com a legislação vigente. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

2.1.8 Passivo Não Circulante - As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado.

2.1.9 – Apuração do Resultado - A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial - Decorre da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais, em observância ao regime de competência.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da entidade.

Resultado orçamentário - O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas (ou realizadas) e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Resultado financeiro - Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

2.2. Critérios Adotados na Consolidação das Demonstrações do Poder

Conforme preceitua o MCASP:

Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macro agregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado.

No setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).

A consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS), a saber:

- a. as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios);
- b. os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); e
- c. a administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. (MCASP, 11ª edição, pág. 620)

Nesse contexto, para a elaboração das demonstrações consolidadas do Poder Judiciário de Pernambuco, foram realizadas as seguintes exclusões de saldos recíprocos decorrentes de transações entre as unidades do próprio Poder. Esses valores são identificados conforme metodologia adotada no registro contábil de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

	2025	2024
Balanço Patrimonial		
Ativo	6.242.579,84	1.216.301,63
Passivo	6.242.579,84	1.216.301,63
Demonstração das variações Patrimoniais		
Variações Patrimoniais Aumentativas	93.276.734,87	66.457.316,38
Variações Patrimoniais Diminutivas	93.276.734,87	66.457.316,38
Balanço Financeiro		
Ingressos	35.201.769,03	26.271.258,38
Dispêndios	35.201.769,03	26.271.258,38



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

3.1. Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreendem os valores disponíveis, em moeda nacional.

Descrição	2025	2024
Conta Única	6.891.914,70	3.422.592,46
Contas Movimento	5,72	0,06
CDB/RDB	52.867.086,83	89.817.841,35
Fundos de Aplicação Financeira	536.373.212,53	488.969.090,81
Precatórios sob a guarda do TJPE	133.567.468,12	36.432.649,02
TOTAL	729.699.687,90	618.642.173,70

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo – Do total, R\$ 1.469.512,51 representam valores a receber da SEFAZ-PE referentes a custas e taxas arrecadadas via DAE, em função de Convênio formalizado com este Poder. Destaca-se ainda o montante de R\$ 1.280.654,76, relativo a créditos a receber de custas processuais e taxa judiciária oriundos de certidões de débitos de natureza judicial emitidas pela Contadoria Remota, cujos processos fazem parte do acervo comunicado ao Comitê Gestor de Arrecadação. O saldo restante (R\$ 360.534,71) compreende o valor a receber de Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro -TSNR, cujo processo se encontra na Superintendência Jurídica da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-PE), para fins de constituição do crédito tributário.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreendem os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo.

Descrição	2025	2024
Créditos a receber pela administração dos depósitos judiciais – Banco do Brasil ¹	11.213.546,96	8.486.669,89
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.664.142,10	3.664.142,10
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais) ²	(3.579.134,00)	(3.577.668,35)
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.867.048,88	1.838.566,49
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores ²	(1.823.733,35)	(1.795.176,32)
Convênio de Cessão de Pessoal	2.183.031,80	1.799.095,57
Créditos a receber provenientes da folha de pagamento - Santander e Bradesco ¹	471.213,61	1.069.425,12
Créditos a receber por arrendamentos	158.509,50	95.273,66
Créditos a receber por outros contratos	128.389,37	124.274,69
(-) Ajuste de perdas de créditos a receber ²	(125.410,74)	(121.341,81)
Outros Créditos a receber e despesas a regularizar	53.120,04	3.504,17
Suprimento de Fundos Institucional	-	398.199,70
TOTAL	14.210.724,17	11.984.964,91

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Valores a receber de dezembro, decorrentes da operacionalização da folha de pagamento e da administração dos depósitos judiciais, recebidos em janeiro do ano seguinte.

² O ajuste corresponde a 97,68%, calculado pela metodologia descrita no item 2.1.2.1.

Nota 4 – Estoques – O montante de R\$ R\$ 3.351.453,95 é composto por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Patrimônio e Suprimentos (93%) e o outro de materiais médico e odontológico (7%) gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

Nota 5 – VPD Pagas Antecipadamente – Referem-se a Serviços de TI, Prêmios de Seguros e Assinaturas e Anuidades. O saldo apresentou um incremento de 20% em 2025 em comparação ao exercício anterior, devido ao aumento das contratações de Serviços de TI.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 6 – Realizável a Longo Prazo – Compreende o valor a receber a título de Dívida Ativa tributária e não Tributária, esta deduzida do ajuste para perdas a um percentual de 99,40%, calculado conforme metodologia descrita no item 2.1.2.1. Os valores inscritos referem-se a multas contratuais aplicadas a fornecedores, valores pendentes de arrendatários, penalidades aplicadas a cartório e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução.

Descrição	2025	2024
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	5.521.413,60	4.933.799,14
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(5.488.285,12)	(4.901.236,06)
Dívida Ativa Tributária	207.771,09	207.771,09
Serviços de TI a Apropriar	127.741,00	457.643,66
Total	368.640,57	697.977,83

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade gestora TJPE.

Descrição	2025 (a)	2024 (a)	Crescimento % (c) = (a – b) / b*100
Bens Imóveis	789.197.168,49	775.630.697,16	1,75%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(88.777.844,88)	(79.215.294,20)	12,07%
Bens Móveis	363.153.211,81	335.109.563,75	8,37%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(149.815.348,60)	(140.760.891,60)	6,43%
Total	913.757.186,82	890.764.075,11	2,58%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pelo detalhamento dos bens móveis e imóveis, respectivamente.

Bens Móveis - Detalhamento	2025	2024	Varição 2025 / 2024
Valor Contábil Bruto inicial (I)	335.109.563,75	292.203.676,81	14,68%
Adições - Aquisições e/ou Bens Recebidos (II)	53.408.257,24	44.919.442,20	18,90%
(Continua)			



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

(Continuação)			
Baixas/Desincorporações e Doações no Período (III)	(25.364.609,18)	(2.013.555,26)	1159,69%
Valor Contábil Bruto final (IV) = (I + II + III)	363.153.211,81	335.109.563,75	8,37%
Bens de Informática	163.398.502,71	149.239.021,36	9,49%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	86.048.444,36	73.282.348,00	17,42%
Móveis e Utensílios	70.010.848,88	72.252.938,33	-3,10%
Veículos	41.460.932,30	38.176.637,07	8,60%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	1.758.921,49	1.714.056,92	2,62%
Obras de Arte e Peças para Exposição	475.562,07	444.562,07	6,97%
Depreciação Acumulada Inicial (V)	(140.760.891,60)	(127.526.797,06)	10,38%
Depreciação Reconhecida no Período (VI)	(17.083.298,29)	(13.951.342,63)	22,45%
Baixas de Depreciação Acumulada (VII)	8.028.841,29	717.248,09	1019,40%
Depreciação Acumulada Final (VIII) = (V + VI + VII)	(149.815.348,60)	(140.760.891,60)	6,43%
Bens de Informática	(80.804.639,30)	(75.488.259,39)	7,04%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	(28.961.187,32)	(27.775.613,99)	4,27%
Móveis e Utensílios	(28.332.601,57)	(27.676.786,11)	2,37%
Veículos	(10.573.704,62)	(8.685.633,56)	21,74%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	(1.143.215,79)	(1.134.598,55)	0,76%
Valor Contábil Líquido de Bens Móveis (IX) = (IV) + (VIII)	213.337.863,21	194.348.672,15	9,77%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Bens Imóveis - Detalhamento	2025	2024	Variação 2025 / 2024
Valor Contábil Bruto inicial (I)	775.630.697,16	758.798.981,31	2,22%
Adições (II)	17.779.177,27	22.994.882,21	-22,68%
Baixas (III)	(4.212.705,94)	(6.163.166,36)	-31,65%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	789.197.168,49	775.630.697,16	1,75%
Edificações em Geral	597.766.017,09	588.203.331,50	1,63%
Terrenos com Edificações	111.779.031,89	112.542.730,89	-0,68%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	28.159.903,75	28.159.903,75	0,00%
Obras em Andamento	26.419.327,50	23.776.955,17	11,11%
Instalações	13.195.884,14	11.706.864,75	12,72%

(Continua)



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

(Continuação)			
Terrenos sem Edificações	8.698.045,50	8.974.392,50	-3,08%
Instalações em Andamento	1.740.449,66	902.029,80	92,95%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	-
Estudos e Projetos	148.807,40	74.787,24	98,97%
Depreciação Acumulada Anterior (V)	(79.215.294,20)	(69.483.066,51)	14,01%
Depreciação Reconhecida no Período (VI)	(10.092.823,83)	(10.218.249,32)	-1,23%
Baixas de Depreciação Acumulada (VII)	530.273,15	486.021,63	9,10%
Depreciação Acumulada no Final do Período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(88.777.844,88)	(79.215.294,20)	12,07%
Valor Contábil Líquido de Bens Imóveis (IX) = (IV) + (VIII)	700.419.323,61	696.415.402,96	0,57%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 8 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida.

Softwares - Detalhamento	2025	2024	Varição 2025 / 2024
Valor Contábil Bruto inicial (I)	30.330.730,70	29.820.974,51	1,71%
Adições (II)	6.142.131,70	1.815.145,96	238,38%
Baixas (III)	(668.399,92)	(1.305.389,77)	-63,14%
Valor Contábil Bruto Final (IV) = (I) + (II) + (III)	35.804.462,48	30.330.730,70	18,66%
Amortização Acumulada anterior (V)	(16.803.300,97)	(16.318.615,64)	2,97%
Amortização Reconhecida no período (VI) ¹	-	(484.685,33)	-100,00%
Baixas de Amortização acumulada (VII)	187.294,12	-	-
Amortização Acumulada no final do período (VIII) = (V) + (VI) + (VII)	(16.616.006,85)	(16.803.300,97)	1,11%
Valor Contábil Líquido de Softwares (IX) = (IV) + (VIII)	19.188.455,63	13.527.429,73	40,46%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹A variação significativa da amortização reconhecida no período decorre da mudança da forma de contratação para Software as a Service -SaaS (software como serviço), como também do fim da amortização de alguns softwares com vida útil definida.

Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito e encargos a pagar, entre outros.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Descrição	2025	2024	Varição 2025 / 2024
Pessoal de Exercícios Anteriores ¹	225.444.251,26	223.245.314,98	0,98%
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil ²	143.278.654,03	126.782.363,16	13,01%
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil ²	42.318.074,93	37.732.882,61	12,15%
Férias - Contribuição Patronal RPPS ²	29.567.841,83	26.279.995,42	12,51%
Licença Prêmio ²	12.127.601,84	11.329.896,28	7,04%
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil ²	6.315.667,17	5.417.044,09	16,59%
Contribuição Patronal INSS	1.198.325,43	979.426,68	22,35%
Pessoal a Pagar pela UG	1.192.400,00	762.833,23	56,31%
Contribuição Patronal ao FUNAPREV	1.090.936,32	1.725.155,51	-36,76%
Férias – Contribuição Patronal INSS ²	725.022,11	621.091,25	16,73%
Contribuição Patronal ao SASSEPE	642.989,66	659.477,13	-2,50%
Previdência Complementar a Pagar (BB-Prev)	64.308,45	69.213,39	-7,09%
INSS de Terceiros – Pessoa Física	16.618,60	20.221,81	-17,82%
Total	463.982.691,63	435.624.915,54	6,51%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ O valor corresponde a verbas de pessoal referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, com expectativa de pagamento no curto prazo. Decorrentes de decisões anteriores a 2024, há os saldos referente a Parcela Autônoma de Equivalência (P.A.E.) – R\$ 292.927,95 e Auxílio Alimentação – R\$ 296.552,59. O saldo restante resulta de decisões publicadas no Diário de Justiça Eletrônico (Dje) em 2024, relativa a Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – R\$ 79.732.707,72 (Dje nº 289/2024) e Licenças Compensatórias – R\$ 145.122.063,00 (Dje nº 231/2024), cujo saldo foi atualizado em 2025.

² Refere-se à apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreendem outras obrigações da entidade junto a terceiros.

Descrição	2025	2024
Precatórios sob a Guarda do TJPE – Entes e Entidades	133.567.468,12	36.432.649,02
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	27.161.635,53	24.363.870,62
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	20.591.898,06	24.807.234,68
Depósito de Terceiros e Cauções	7.199.569,39	4.453.420,44
Contribuições e Impostos sobre Serviços	3.318.938,96	2.066.458,08

(Continua)



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

		Continuação
Demais consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento	688.089,01	494.454,26
Demais Obrigações	130.528,69	487.795,31
Pessoal a Pagar pela UG ¹	-	13.451.737,65
Total	192.658.127,76	106.557.620,06

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Sistemática de contabilização da folha de pagamento, definida pelo Poder Executivo, foi modificada em 2023, gerando saldo de pessoal a pagar no grupo "Demais Obrigações a Curto Prazo".

Nota 11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo – Compreendem as verbas de pessoal referentes a exercícios anteriores devidas a magistrados, com valores atualizados em 2025, com expectativa de pagamento no longo prazo, decorrentes de decisões publicadas no Diário de Justiça Eletrônico (Dje) abrangendo o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), conforme Dje nº 289/2024, e Licenças Compensatórias, conforme Dje nº 231/2024, que em 31/12/25 importaram em R\$ 390.327.777,43 e R\$ 574.111.929,44, respectivamente.

Nota 12 – Resultados Acumulados – Compõem o Patrimônio Líquido - PL da entidade, detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2025	2024
Resultado do Exercício ¹	(166.401.598,27)	(832.957.064,42)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(437.139,10)	(692.926,76)
Subtotal	(166.838.737,37)	(833.649.991,18)
Resultado de Exercícios Anteriores	218.929.688,86	1.052.579.680,04
Total do Patrimônio Líquido	52.090.951,49	218.929.688,86

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.

Descrição	2025	2024
Baixa de suprimentos com prestação de contas no exercício anterior	(398.154,70)	(426.960,90)
(Continua)		



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

	(Continuação)	
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis	-	(264.752,65)
Créditos a receber	(38.984,40)	(1.213,21)
Total	(437.139,10)	(692.926,76)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Correspondem apenas a taxas.

Descrição	2025	2024
Custas Processuais	168.180.076,71	138.521.328,57
(-) Restituição de Custas Processuais	(434.881,69)	(187.495,69)
Taxa pela Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	153.905.287,25	137.545.500,26
(-) Restituição de Taxa pela Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	(727.906,89)	(394.201,15)
Taxa Judicial	111.797.272,73	91.713.344,94
(-) Restituição de Taxa Judicial	(280.816,28)	(168.612,01)
Emolumentos	33.716.119,06	14.726.578,50
Receitas Incidentes sobre Emolumentos	22.223.253,00	19.236.360,60
(-) Restituição de Receitas Incidentes sobre Emolumentos	(15.160,98)	(16.845,63)
TOTAL	488.363.242,91	400.975.958,39

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 2 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – Abrangem principalmente as receitas de operacionalização da folha de pagamento e as de serviços de fornecimento de selo digital de autenticidade dos atos extrajudiciais. No exercício de 2025, destaca-se a receita proveniente da realização do concurso público para a formação de cadastro de reserva de servidores do TJPE.

Descrição	2025	2024
Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	10.865.223,36	1.813.233,57
Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	7.601.798,44	8.922.552,78
Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	3.809.226,63	3.365.092,55
(-) Restituição da Receita de Serviços de Fornecimento de Selo Digital de Autenticidade dos Atos Extrajudiciais	(740,00)	(855,00)
Receita de Arrendamentos	1.506.565,02	1.575.838,98
(-) Restituição da Receita de Arrendamentos	-	(1.498,00)
Outras Receitas	353.219,76	266.589,44
TOTAL	24.135.293,21	15.940.954,32

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 3 – Transferências e Delegações Recebidas – Contemplam principalmente os duodécimos recebidos do Poder Executivo estadual, bem como o repasse de R\$ 2.445.586,65, oriundo de operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025, cujos valores são vinculados ao projeto de transformação digital do TJPE.

Descrição	2025	2024
Transferências Intragovernamentais (I)	2.547.491.886,65	2.321.051.800,00
Duodécimos Recebidos ¹	2.545.046.300,00	2.321.051.800,00
Repasse Financeiro Recebido	2.445.586,65	-
Transferências Intergovernamentais ² (II)	279.088,88	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas (III)	-	2.619.096,29
Total (IV) = (I + II + III)	2.547.770.975,53	2.323.670.896,29

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2025, contempla o recebimento de R\$ 2.514.846.300,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA (0500000000-Recursos não vinculados de Impostos), acrescido de R\$ 30.200.000,00, referente a créditos suplementares, autorizados pelo Decreto 58.847, de 19/06/2025, e pela Lei nº 19.126 de 19/12/2025.

² Em 2025, referem-se à incorporação de bens doados pela União



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 4 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Em 2025, o valor compreende a desincorporação de passivos, decorrente de ajustes no passivo de férias por competência (R\$ 49.856.426,35) e no passivo de licença prêmio (R\$ 587.226,36), cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar. Também compreende ganhos com alienação (R\$ 26.398,57), ganhos com incorporação de ativos (R\$ 5.000,00) e cancelamento de restos a pagar (R\$ 16,37).

Nota 5 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Do total, 95,82% refere-se à receita pela administração dos depósitos judiciais.

Descrição	2025	2024
Receita pela Administração dos Depósitos Judiciais em Bancos Oficiais	126.914.620,09	90.196.305,12
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	4.003.437,56	3.062.367,32
Indenizações e Restituições	1.247.850,41	1.844.692,77
Multas Administrativas e Multas Cominadas em Processo Administrativo Disciplinar	239.191,97	214.532,57
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	52.271,63	53.751,54
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	-	59.846,11
Total	132.457.371,66	95.431.495,43

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6 – Pessoal e Encargos – Compreendem as VPD's relacionadas aos dispêndios com remuneração de servidores e magistrados, incluindo encargos patronais e benefícios.

Descrição	2025	2024	2025/2024
Remuneração a Pessoal ¹	2.262.246.768,45	2.789.313.809,33	-18,90%
Encargos Patronais	377.820.604,58	359.961.105,74	4,96%
Benefícios a Pessoal	175.622.234,18	163.903.487,75	7,15%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	25.191.285,78	69.045.309,29	-63,51%
Ressarcimento de pessoal cedido (Programa Jornada Extra de Segurança)	21.060.451,09	19.673.258,30	7,05%
			(Continua)



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

(Continuação)			
Despesas com o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) ²	23.532,71	44.259.919,56	-99,95%
Demais Variações	4.107.301,98	5.112.131,43	-19,66%
Total	2.840.880.892,99	3.382.223.712,11	-16,01%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Inclui principalmente salário e vencimentos dos servidores e magistrados, 13º Salário, gratificações, férias, licenças compensatórias e abono de permanência. Compreende ainda a atualização em 2025 do saldo de verbas de pessoal registrado em 2024 referentes a exercícios anteriores, devidas a magistrados, abrangendo as seguintes: Adicional por Tempo de Serviço (ATS) – R\$ 5.641.747,32; e Licenças Compensatórias – R\$ 418.096.865,81.

² O Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), destinado a servidores efetivos, foi previsto na Lei Estadual nº 18.145/2023 e regulamentado pela resolução TJ nº 497/2023. Observa-se que não houve concessão em 2025, havendo apenas pagamento residual de 2024.

Nota 7 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Evidenciam os valores pagos a título de auxílio saúde (97,97% do total), auxílio creche e auxílio funeral.

Nota 8 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – Evidencia o uso de material de consumo, serviços, depreciação de bens móveis e imóveis, além da amortização de intangível (softwares).

Descrição	2025	2024
Serviços	263.076.532,32	222.645.185,04
Locação de mão de obra	122.830.035,39	100.267.595,83
Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	54.004.549,75	53.091.040,36
Serviços de seleção e treinamento	13.623.804,76	1.104.059,29
Serviços de energia elétrica	12.857.950,90	14.592.535,34
Diárias, passagens e despesa com deslocamento	9.440.129,01	7.340.221,10
Demais Serviços	50.320.062,51	46.249.733,12
Uso de Material de Consumo	21.571.017,67	18.008.087,22
Depreciação de Bens Móveis	17.079.122,28	13.951.645,52
Depreciação de Bens Imóveis	10.092.823,83	9.916.942,07
Amortização de Intangível	-	484.685,33
Total	311.819.496,10	265.006.545,18

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ A variação significativa da amortização reconhecida no período decorre da mudança da forma de contratação para Software as a Service -SaaS (software como serviço), como também do fim da amortização de alguns softwares com vida útil definida.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 9 – Transferências e Delegações Concedidas – Compreendem as transferências intragovernamentais, intergovernamentais e aquelas destinadas a instituições privadas.

Descrição	2025	2024
Transferências Intragovernamentais	184.737.663,90	3.377.608,66
Transferências a Instituições Privadas	15.780.848,58	1.269.092,22
Transferências Intergovernamentais	2.176.098,76	3.231.024,50
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	728.698,36
Total	202.694.611,24	8.606.423,74

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

As transferências intragovernamentais correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis e imóveis, conforme detalhamento a seguir.

Descrição	2025	2024
Repasse financeiros concedidos ¹	181.491.992,83	1.365.935,36
Bens Imóveis - Cessões devolvidas	2.530.713,44	1.165.229,90
Bens Imóveis - Cessões concedidas	362.721,15	740.730,80
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	352.236,48	74.887,00
Bens Móveis – Transferências Concedidas para Outro Órgão	-	30.825,60
Total	184.737.663,90	3.377.608,66

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Do montante registrado, R\$ 180.000.000,00 corresponde ao repasse ao Poder Executivo, conforme Lei nº 19.123/2025 e o saldo restante representa transferência à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.

Em relação às transferências para instituições privadas, destacam-se as doações de bens para diversas instituições privadas sem fins lucrativos, que correspondem a 90% do valor registrado. Os 10% restantes refere-se as transferências para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE (CAMPE), destinada a serviços de atendimento médico-odontológico para os magistrados do TJPE (R\$ 1.185.310,22) e despesas com instituição de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (R\$ 455.648,00).



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Por sua vez, as transferências intergovernamentais compreendem a devolução de imóveis cedidos por municípios (R\$ 788.998,20), as doações de bens móveis concedidas à união (R\$ 97.913,13) e a municípios (R\$ 1.289.187,43).

Nota 10 – Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos – Compreendem o ajuste para perdas, realizado nas contas de créditos e dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.2.1, como também a desincorporação de ativos e perdas com alienação.

Descrição	2025	2024
Desincorporação de Créditos e Dívida Ativa Não Tributária ¹	1.281.390,22	125.008,97
Perdas com Alienação	844.193,53	-
Ajuste para Perdas em Créditos e Dívida Ativa Não Tributária	621.140,67	417.948,74
Desincorporações de Ativos Intangíveis	481.105,80	1.023.890,40
Outras Desincorporações de Bens Móveis	1.424,73	175.600,30
Perdas Involuntárias	104,28	73.239,76
Outras Desincorporações de Imobilizado	-	39.668,27
Total	3.229.359,23	1.855.356,44

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Em 2025, destaca-se o ajuste com transferência entre contas contábeis de direito a receber, no valor de R\$ 961.590,45, que gerou VPD de desincorporação de créditos tributários, com a respectiva VPA de incorporação do crédito, anulando-se o efeito no resultado patrimonial do Poder.

Nota 11 – Tributárias – Correspondem especificamente às variações decorrentes de taxas, destacando-se as municipais, e contribuições previdenciárias sobre prestação de serviços pessoa física.

Nota 12 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Compreendem as despesas com militares inativos da guarda patrimonial (R\$ 2.999.686,45); despesas com indenizações e restituições (R\$ 858.877,44); indenizações do Programa Moradia Legal – PE (R\$ 164.160,00); despesas com o cumprimento de decisão judicial (R\$ 25.200,00); e prêmios em pecúnia (R\$ 22.499,94).



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- Balanço Orçamentário – MCASP
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

5.1. Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

Como consequência desse dispositivo, o Balanço Orçamentário do Poder apresenta um déficit, suportado pelos duodécimos recebidos, conforme justificado na Nota 3.

Nota 1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria – Compreendem as receitas diretamente arrecadadas, relativas a custas processuais, taxa judiciária, Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro (TSNR), Emolumentos e Receitas



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Incidentes sobre Emolumentos. É apresentada pelo seu valor líquido, importando em uma receita bruta arrecadada de R\$ 486.380.147,5, com dedução de R\$ 1.458.765,84, que correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.

Descrição da Receita com Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Arrecadação por Exercício		
	2025	2024	% (2025/2024)
Custas Processuais	166.078.867,00	139.055.985,48	19,43%
Taxa Judicial	109.740.923,22	92.317.101,07	18,87%
Taxa pela Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	153.177.380,36	137.151.299,11	11,68%
Emolumentos ¹	33.716.119,06	14.726.578,50	128,95%
Receitas Incidentes sobre Emolumentos	22.208.092,02	19.219.514,97	15,55%
TOTAL	484.921.381,66	402.470.479,13	20,49%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ A receita de Emolumentos compreende o recolhimento do excedente da remuneração dos interinos responsáveis pelas serventias extrajudiciais, limitado a 90,25% dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, conforme regulamentado pela Instrução Normativa nº 13/2010.

Nota 2 – Outras Receitas Correntes – Do montante, 96,36% compreende a arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais por parte do Banco do Brasil.

Nota 3 – Déficit Orçamentário – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a – b)
735.094.125,99	3.076.697.069,75	(2.341.602.943,76)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas e concedidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 24.396.950,06.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos e repasses) ¹	Despesas Empenhadas	Transferências Concedidas ²	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b – c - d)
735.094.125,99	2.547.491.886,65	3.076.697.069,75	181.491.992,83	24.396.950,06

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Além dos duodécimos recebidos, no valor de R\$ 2.545.046.300,00, contempla o repasse financeiro de R\$ 2.445.586,65 relativo à operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025, cujos valores são destinados ao projeto de transformação digital do TJPE. Ressalta-se que tais valores representam receita orçamentária no Poder Executivo.

² Compreende repasse ao Poder Executivo no valor de R\$ 180.000.000,00, conforme Lei nº 19.123, de 18/12/2025, bem como o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.

Nota 4 – Saldos de Exercícios Anteriores – O montante de R\$ 132.652.015,65 foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício, conforme detalhado abaixo.

Fonte de Recursos	Valor Suplementado (R\$)	Decretos	Percentual Utilizado do Superávit Financeiro em 31/12/24
075924 - FERM	80.000.000,00	58.215/25, 58.603/25, 59.897/25	19%
075957 - FUNSEG	30.000.000,00	58.216/25, 58.602/25	78%
0500 - Recursos não vinculados de impostos	22.652.015,65	59.898/25	100%
TOTAL	132.652.015,65		

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Dotação inicial - A diferença da receita prevista para dotação inicial decorre da previsão na Lei Orçamentária Anual dos repasses do duodécimo do Poder Executivo ao Poder Judiciário, bem como pela destinação de orçamento à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que poderá executar esse valor à medida que este Poder repasse 1% da arrecadação mensal com Taxa de Utilização dos Serviços Notariais ou de Registro (TSNR). Esta transferência à defensoria ocorre em cumprimento ao § 3º, art. 27, da Lei nº 11.404/1994, que prevê a aplicação na Assistência Judiciária do Estado. Em 2025, houve ainda uma previsão de receita, fonte 755-Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta, sem alocação de despesa fixada nessa fonte.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 6 – Dotação Atualizada – Em relação à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 179.652.015,65. Esse montante resulta de suplementações decorrentes de créditos adicionais, demonstradas no quadro abaixo.

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Superávit Financeiro – TJ) ¹	Suplementação (Excesso de Arrecadação) ²	Suplementação (Anulação de Despesa de Outras UG's do Estado) ³	Suplementação (Superávit Financeiro – FERM) ¹	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b+c+d+e)
3.082.569.600,00	52.652.015,65	17.000.000,00	30.000.000,00	80.000.000,00	3.262.221.615,65

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhamento conforme nota 4.

² Fonte 0500 (recursos não vinculados de impostos), previsto no Decreto nº 59.899/25.

³ Fonte 0500 (recursos não vinculados de impostos), conforme Lei nº 19.126/25.

Nota 7 – Despesas Empenhadas – Atingiram o montante de R\$ 3.076.697.069,75, correspondendo a 94,31% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 185.524.545,90.

5.2. Conciliação dos dados do Balanço Orçamentário com a Demonstração de Fluxos de Caixa

Em observância ao Item 2.3, subitem J, Parte V do MCASP 11^a edição, segue abaixo a conciliação de dados do Balanço Orçamentário com informações extraídas da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração de Fluxos de Caixa.

Conciliação do Balanço Orçamentário com a Demonstração dos Fluxos de Caixa	
(+) Receitas Correntes (Arrecadadas)	734.452.733,46
(+) Transferências Recebidas (Duodécimos)	2.545.046.300,00
(+) Repasse Financeiro Recebido	2.445.586,65
(-) Despesas Correntes Pagas - Pessoal e Demais Despesas (Desembolsos)	(2.994.418.265,49)
(-) Despesas correntes pagas – Empenhadas no Exercício	(2.982.601.604,23)
(-) Restos a pagar de 2024 pagos em 2025 ref. Atividades Operacionais	(11.816.661,26)
(-) Transferências Concedidas ¹	(181.491.992,83)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>	106.034.361,79
(+) Receitas de Capital (Arrecadadas)	641.392,53
	(Continua)



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

	(Continuação)
(-) Despesas de Capital Pagas	(81.982.651,02)
(-) Despesas de capital pagas – Empenhadas no Exercício	(68.173.298,48)
(-) Restos a pagar de 2024 pagos em 2025 ref. Investimentos	(13.809.352,54)
(=) <i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</i>	(81.341.258,49)
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa (III) = (I) + (II)	24.693.103,30

¹ O total de transferências concedidas neste demonstrativo difere do apresentado na DFC, uma vez que o valor acima representa os valores repassados sem correspondente execução orçamentária. Dessa forma, na DFC, consta como transferência concedida o valor de R\$ 183.222.286,13, que contempla, além das transferências sem execução orçamentária, R\$ 455.648,00 referente a despesas correntes pagas a instituição de pesquisa e desenvolvimento e R\$ 1.274.645,30 referente a transferência para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE-CAMPE (modalidade de aplicação 50).

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Sua elaboração segue as orientações contidas na IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, além do disposto no MCASP.

Nota 1 – Receita Orçamentária – A receita está apresentada líquida das deduções. São tratadas como deduções da receita as restituições de custas e taxa judiciais, taxa sobre serviços notariais ou registrais (TSNR) e das receitas sobre emolumentos, e outras receitas recebidas a maior ou indevidamente, conforme evidenciação abaixo.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Descrição	2025	2024
Receita Orçamentária Bruta (I)	736.553.897,29	572.829.151,48
Total Restituições (II)	(1.459.771,30)	(769.507,48)
(-) Restituição de Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrars – TSNR	(727.906,89)	(394.201,15)
(-) Restituição de Custas Processuais	(434.881,69)	(187.495,69)
(-) Restituição de Taxa Judicial	(280.816,28)	(168.612,01)
(-) Restituição de receitas incidentes sobre os emolumentos	(15.160,98)	(16.845,63)
(-) Restituição da receita de serviços de fornecimento de selo digital de autenticidade dos atos extrajudiciais	(740,00)	(855,00)
(-) Restituição de outras receitas	(265,46)	-
(-) Restituição de receita de arrendamentos	-	(1.498,00)
Receita Orçamentária Líquida (III) = (I) + (II)	735.094.125,99	572.059.644,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Parte da receita da fonte de recursos provenientes da alienação de outros ativos é arrecadada pela UGE 070002 - FERM, entretanto é contabilizada em fonte específica pela vinculação legal exigida na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas – Referem-se ao valor recebido do Poder Executivo, a título de duodécimo, no valor total de R\$ 2.545.046.300,00. Contemplam ainda o repasse financeiro de R\$ 2.445.586,65 relativo à operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025, cujos valores são destinados ao projeto de transformação digital do TJPE.

Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas – Compreendem o repasse ao Poder Executivo no valor de R\$ 180.000.000,00, conforme Lei nº 19.123, de 18/12/2025, bem como o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Nota 4 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 111.057.514,20, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2024, reflexo do fluxo da movimentação financeira dos ingressos e dispêndios.

Saldo Final 31/12/2025	Saldo Final 31/12/2024	Resultado Financeiro 2025
(a)	(b)	(c) = (a - b)
729.699.687,90	618.642.173,70	111.057.514,20

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, a DFC apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Quanto ao fluxo de caixa extraorçamentário, inerente à execução orçamentária, este decorre do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, contempla a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representando ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no item 16 da IPC 08, que orienta o ente a ajustar a estrutura do demonstrativo de forma a refletir o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

Destaca-se que os fluxos de caixa negativo dos investimentos, numa análise consolidada, foram custeados pelo fluxo de caixa positivo das operações.

Nota 1 – Transferências Recebidas – Compreendem os repasses financeiros do Poder Executivo, destacando-se o aporte de R\$ 2.545.046.300,00 a título de duodécimos. Tais recursos destinam-se à cobertura de gastos na fonte 0500-Recursos não vinculados de impostos, conforme previsão na LOA e suplementações. Adicionalmente, o montante contempla o repasse de R\$ 2.445.586,65 oriundo de operação de crédito entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formalizada pelo Contrato nº 5975/OC-BR e pelo Termo de Cooperação Técnica nº 44/2025. Esses valores, classificados na fonte 0754, são vinculados ao projeto de transformação digital do TJPE e são considerados no fluxo das atividades operacionais pelo fato da receita de operações de créditos ser



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

reconhecida pelo Poder Executivo, repassada ao Judiciário como transferência financeira.

Nota 2 – Transferências Concedidas – Compreendem o repasse ao Poder Executivo no valor de R\$ 180.000.000,00, conforme Lei nº 19.123, de 18/12/2025, bem como o repasse à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei nº 11.404/1996, no valor de R\$ 1.491.992,83. Inclui ainda as transferências realizadas, decorrentes da execução orçamentária, para instituição de pesquisa e desenvolvimento, que totalizaram o valor de R\$ 455.648,00 e as transferências para a Caixa de Assistência dos Magistrados de PE (CAMPE), que totalizaram o valor de R\$ 1.274.645,30.

Nota 3 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Corresponde a soma do Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, ocorrendo um acréscimo, no exercício de 2025, no montante de R\$ 24.693.103,30.

Nota 4 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2025, em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 86.364.410,90.

Recife, 28/04/2026.

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Francisco Bandeira de Mello
Presidente

Nota 1: A publicação das demonstrações contábeis no Diário de Justiça Eletrônico (DJE) ocorreu em 30/04/2026, edição nº 99/2026, disponível no endereço <https://www.tjpe.jus.br/dje>. Acrescentamos que alguns formatos perderam a configuração, por exemplo, tamanho da fonte de citação, deslocamento, texto centralizado e tabelas, em razão da adequação automática da própria ferramenta do Dje.